

30 ABR 1987

O quadro em que mergulhou a economia brasileira não tem precedentes na história recente, e por isso não deixa, pelo acúmulo de erros e contradições em que foi atirada, qualquer espaço para que o presidente da República e o novo ministro da Fazenda improvisem no exercício de suas funções. Tudo, agora, é urgente e vital.

A primeira frente crítica é a externa, onde o país deverá procurar um acordo urgente e meios de sair do encilhamento em que foi atirado pela estratégia populista da moratória, articulada no pequeno círculo decisório dos economistas da copa e da cozinha do PMDB.

Todo o setor exportador acha-se hoje paralisado, à espera de uma desvalorização cambial que há muito deixou de ser mera especulação de doleiros. Não há como restabelecer a confiança, neste momento, tentando contornar a discussão sobre o valor real do dólar ou de uma cesta de moedas, porque as expectativas já deram partida na frente, em meio à confusão e ao caos armados nos últimos dias, em torno das mudanças ministeriais.

Não menos crítico é o gatilho salarial, que paradoxalmente dispara contra o trabalhador e as empresas ao mesmo tempo. Ao trabalhador, o gatilho não garante a manutenção real da renda, ameaçada pela hiperinflação. Nas empresas, o gatilho obriga ao rápido **turnover** da mão-de-obra, sob pena de descapitalização. Perdem todos com a inconseqüente estratégia adotada para ganhar eleições, por um partido populista ferozmente apegado ao poder.

Intimamente ligadas, as áreas externa e interna têm que ser atacadas ao mesmo tempo, pois os dados sobre o aumento das taxas médias de desemprego já estão nas ruas, medidos pelo IBGE, que serve ao próprio governo as suas estatísticas. Esse coquetel de aumento de desemprego e inflação recorde ocorre no ambiente rarefeito da moratória na dívida externa, cujos resultados deveriam ser exatamente o oposto, se os cérebros brilhantes que maquinaram toda a estratégia econômica adotada até agora estivessem no caminho certo.

Faltam investimentos, e esse é outro dos "nós" da questão, não apenas porque se desarticulou a poupança interna com um desvario consumista, mas ainda porque se afugentou o capital estrangeiro. É obrigação deste governo implementar com urgência medidas para a conversão da dívida externa, dos juros e do principal, abrindo espaço para investimentos e controlando o capital com eficientes mecanismos técnicos no Banco Central. Enquanto este órgão ficar a reboque do populismo, enquanto as margens entre a decisão econômica e o interesse político forem estreitas, servindo mais ao imediatismo partidário que ao interesse nacional, não será possível seguir qualquer estratégia coerente, nem interna nem externa. O primeiro dever de um novo ministro de Fazenda é restaurar a independência de funções e os princípios técnicos da administração, desas-

tradamente abandonados e atropelados pela copa e a cozinha do PMDB.

O produto disso tudo está aí: uma inflação recorde, que de 17 por cento ao mês ameaça subir para novos e insustentáveis patamares, combinada com um déficit público que muda de lugar nas estatísticas com espantosa velocidade e penaliza, particularmente, as pequenas e médias empresas.

Deve o governo voltar imediatamente suas vistas para esse segmento, precisamente o que mais emprega mão-de-obra, alargando os prazos de seus financiamentos e criando mecanismos fiscais capazes de superar a asfixia em que foi lançado pelo alto custo do dinheiro.

O novo ministro da Fazenda assume o cargo à sombra de uma gestão complexa, que envolveu o governador do Ceará, e onde nem todos os detalhes foram devidamente analisados. Sabia o governador Jereissati que o controle do déficit público é de fundamental importância para a sobrevivência organizada da economia brasileira. O ministro Bresser Pereira está no dever de demonstrar que não tem um caráter excessivamente doce para o cargo, ou uma disposição menor que a demonstrada pelo governador do Ceará para enfrentar a fundo a questão do déficit.

Não podem os critérios de austeridade, que vêm sendo seguidos no extremo norte do país, ser menores que os inspirados pelos economistas do PMDB de São Paulo, reciclados no poder. Honrar o cargo que assumiu significará, para o ministro Bresser Pereira, um retorno ao mandamento ainda não esquecido do presidente Tancredo Neves: proibir gastos e saber dizer não.

Complexo é o cenário que se abre para o presidente da República neste momento de expectativas pela recomposição do ministério. Não há espaço para perda de tempo nas outras áreas. O país não suporta os vácuos e vazios que envolvem a indústria, o comércio, as atividades em geral, num estado onde o poder central usurpou poderes em excesso e onde se frustra sistematicamente o surgimento de soluções de baixo para cima.

É fundamental que se restaure a credibilidade do Planejamento, na sua função de propor uma estratégia de longo prazo ao país, com linhas gerais coerentes. É crítica a função dessa pasta, que tanto pode ajudar como atrapalhar todo o processo administrativo do país. A falta de rumos não deve ser preenchida por um planejamento absoluto de todas as atividades nacionais, porque ninguém deseja uma economia centralizada. Pode, porém, essa pasta traçar com firmeza as grandes linhas estratégicas do desenvolvimento nacional, estabelecendo prioridades, fora das quais o Ministério da Fazenda será apenas um administrador das prateleiras do curto prazo, sem qualquer perspectiva maior para o Brasil e os brasileiros, até agora empurrados para um horizonte quase cego.